

POPULAÇÕES “DANINHAS”? CONTENÇÃO  
TERRITORIAL E ESTRATÉGIAS DE  
SOBREVIVÊNCIA DAS POPULAÇÕES DE RUA  
NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DAS GRANDES  
METRÓPOLES

“WEED” POPULATION? TERRITORIAL  
CONTAINMENT AND HOMELESS PEOPLE’S  
SURVIVAL STRATEGIES IN PUBLIC SPACES IN  
BIG METROPOLISES

¿POBLACIONES “MALEZAS”? CONTENCIÓN  
TERRITORIAL Y ESTRATÉGIAS DE LAS POBLACIONES  
SIN HOGAR EN LOS ESPACIOS PÚBLICOS DE LAS  
GRANDES METRÓPOLIS

Igor Martins Medeiros Robaina

*Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro –  
UFRJ e Professor Substituto na Universidade Federal Fluminense – UFF*

*E-mail: igorobaina@gmail.com*

**Resumo:** O presente trabalho busca compreender a realidade dos grupos marginalizados nos espaços públicos das grandes metrópoles, mais especificamente, o caso das populações de rua. As condições adversas enfrentadas por estes grupos os forçam a buscar estratégias espaciais de sobrevivência, nas quais não só as necessidades básicas como alimentação, abrigo e segurança, mas também laços e vínculos afetivos são construídos em dimensões bastante particulares, sobretudo, se pensarmos que são produzidas em logradouros públicos (Ruas, Praças, Parques, Jardins, calçadas etc) e em uma conflituosa relação público-privado, inclusive com outros grupos sociais. Deste modo, o território se insere como um importante instrumento de compreensão analítica para os geógrafos; um espaço real mediado pelas relações de poder e indissociavelmente vital para a existência humana destes grupos no espaço urbano.

**Palavras-chave:** Geografia urbana; espaço público; território; contenção territorial; populações de rua.

**Abstract:** The present work has the purpose of understanding the reality of marginalized groups in public spaces of big metropolises, more specifically, the case of homeless populations. The adverse conditions faced by these groups force them to find spacial strategies of surviving in which, not only the basic needs like food, shelter and security, but also affective relationships are built on very specific dimensions, specially if we think that it occurs in public places (streets, squares, parks, public gardens, sidewalks, etc.) and in a conflicting relation between the public and the private, even with other social groups. This way, the territory is inserted as an important tool for analytical comprehension for geography researchers. A real space mediated by power relations and inextricably vital for human existence of these groups in urban space.

**Key words:** Urban geography; public spaces; territory; territorial containment; homeless.

**Resumen:** El presente trabajo busca comprender la realidad de los grupos marginados en los espacios públicos de las grandes metrópolis, más específicamente, el caso de las poblaciones en situación de calle. Las condiciones adversas enfrentadas por estos grupos los fuerzan a buscar estrategias espaciales de supervivencia, en las cuales no sólo necesidades básicas como alimentación, refugio y seguridad, sino también lazos y vínculos son construidos en dimensiones muy particulares, sobre todo si pensamos que son producidas en espacios públicos (calles, plazas, jardines, aceras) y en una conflictuosa relación público-privado, incluso con otros grupos sociales. De tal manera, el territorio se inserta como un importante instrumento de comprensión analítica para los geógrafos; un espacio real mediado por las relaciones de poder e indisolublemente vital para la existencia humana de estos grupos en el espacio urbano.

**Palabras clave:** Geografía urbana; espacio público; território; contención territorial; poblaciones sin hogar.

Ao tomar a rua como uma territorialidade própria, que mescla as fronteiras entre o cotidiano privado e público, o morador de rua estabelece, taticamente, um “contra-uso, que subverte o espaço regulado e propicia a formação de um “lugar” de fronteiras espaciais e políticas marcadas em relação de oposição e enfrentamento à ordem urbana, a qual insiste na regulação dos fluxos liminares que percorrem o espaço urbano. (FRANGELLA, 2010, p. 102).

## INTRODUÇÃO

Caminhar pelas ruas das grandes cidades é um movimento surpreendente. Inúmeras são as cores, formas e movimentos que materializam novas paisagens a cada esquina, logicamente, se percebidos a partir de uma ótica atenta e sensível a este conjunto complexo existente. Contudo, pese a toda beleza e riqueza presente no urbano, nem tudo é encanto. A atenta circulação por estas mesmas ruas nos revela as contradições de um urbano que, muitas vezes esquecido, é tão doloroso para aqueles que nele vivem, principalmente quando consideramos os “sentidos de justiça, de equidade, solidariedade, ética ou direitos civis” (GOMES, 2006, p. 129).

Desse modo, o presente trabalho busca compreender como as políticas governamentais destinadas aos espaços públicos vêm sendo distorcidas, excludentes e principalmente vividas através de movimentos estratégicos de sobrevivência pelas populações de rua nas grandes metrópoles.

De fato, as populações de rua, entendidas aqui como uma realidade sócio-espacial marginalizada nas grandes metrópoles, se tornaram inegavelmente um grave problema social<sup>1</sup>. A presença desses sujeitos nos espaços públicos é muitas vezes vista de maneira negativa e indesejada, seja pelo poder público, na figura do Estado e suas políticas anti-sociais, ou por vários outros grupos sociais que coexistem diretamente com estas

---

<sup>1</sup> Em grandes metrópoles mundiais, a presença das populações de rua se faz extremamente presente na realidade cotidiana. Segundo a *Coalition For the Homeless*, em recente pesquisa realizada em julho de 2010, na cidade de Nova Iorque existem 39.256 pessoas em situação de Rua. A cidade de Londres, de acordo com a pesquisa empreendida pela *Communities and Local Government, Homelessness Statistics*, apresentava em 2007 a presença de 13.650 moradores sem residência fixa. No *Censo de Populações de Rua na cidade São Paulo*, estudo elaborado pela FIPE – *Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas*, no ano de 2003, constatou-se a existência de 10.399 em condição de desabrigo na cidade de São Paulo. Na região metropolitana de Sidney, uma pesquisa desenvolvida pela *Law and Justice Foundation* comprovou a existência de 15.456 moradores de rua. Segundo Kakita (2004), observa-se a sobrevivência nas cidades Japonesas de Tóquio e Osaka, respectivamente, de 6361 e 7775 pessoas. Contudo, em relação às populações de rua fixadas na cidade do Rio de Janeiro, pouco reveladoras são as informações estatísticas, devido, sobretudo, à disparidade dos dados. Em 1991, a *Fundação Leão XIII* iniciou uma análise do “perfil das populações de rua na cidade do Rio de Janeiro”, registrando 1016 pessoas entrevistadas. Em 2006, ou seja, quinze anos depois, segundo pesquisa do *Instituto Pereira Passos*, existiam 1662 moradores de rua. Certamente, mesmo diante das dificuldades e dos esforços das duas fontes de pesquisa, é inegável a necessidade de uma investigação mais precisa e profunda sobre o verdadeiro número das populações existentes na cidade do Rio de Janeiro.

populações no urbano. Diversas são as ações e práticas de controle, afastamento e restrições dirigidas às populações de rua nas grandes metrópoles, assim como variáveis são as estratégias de resistências sócio-espaciais destes grupos no urbano, diante da complexa busca pela sobrevivência, fato que põe em xeque toda a condição de cidadania, o direito à cidade e a dignidade humana.

Conforme exposto anteriormente, em números crescentes, homens, mulheres e crianças estão dispostos em praças públicas, calçadas, marquises, entre outras formas arquitetônicas existentes nos espaços públicos. Esses sujeitos, marginalizados e sem possibilidades de fixação e permanência formal de um modelo de habitação, se estabelecem espacial e existencialmente nas ruas dos grandes centros como as últimas possibilidades de continuidade de suas vidas, por mais adverso que isso possa representar.

Ser ou estar na condição de morador de rua, antes de qualquer coisa, revela a existência de uma realidade adversa, tanto nas esferas materiais quanto nas simbólicas, além de obrigatoriamente ter que possuir uma profunda habilidade sobre as lógicas geográficas e espaciais do urbano, pouco conhecido por nós e pela ciência geográfica, para permanecerem vivos. Caso contrário os riscos e as vulnerabilidades se tornam ainda maiores.

Assim, diante dessa condição de infortúnio, é preciso conhecer as práticas sociais e como elas se organizam e se instituem no espaço para que se possam construir estratégias vitais ante as dificuldades presentes nos espaços públicos. Acreditamos que tal postura nos fará repensar e ressignificar, de modo mais abrangente, algumas concepções teóricas relativas aos espaços públicos, principalmente como base em uma dimensão política do cotidiano.

Assumir, então, uma noção de espaço público que inclua a realidade das populações de rua, significa perceber outra representação da realidade a partir de um conjunto complexo de vivências sócio-espaciais produzidas por sujeitos reais no/do espaço urbano como espaços de permanências, fixações, territorializações e territorialidades. Permitindo assim, novas formas de análise para a ciência geográfica.

Deste modo, o presente trabalho possui como pretensão buscar novos elementos para o diálogo e a compreensão da crescente problemática sócio-espacial das populações de rua nas grandes metrópoles diretamente interrelacionado com a geograficidade do fenômeno.

## OS ESPAÇOS PÚBLICOS E SUAS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICO-ESPACIAIS

Compreender os espaços públicos se torna cada vez mais necessário aos estudos de geografia urbana nas grandes metrópoles. No presente trabalho, a principal preocupação orienta-se no sentido da apreensão das múltiplas inter-relações socioespaciais nesse espaço, destacando dentre elas as produzidas e vivenciadas pelos grupos marginalizados das populações de rua.

Os espaços públicos das grandes metrópoles têm sido alvo de inúmeras análises nas ciências sociais, seja como um importante instrumento de compreensão da realidade urbana e social, ou como uma possibilidade de emersão de um novo instrumento categórico e analítico no campo geográfico.

Sobre esta questão, reflete Gomes (2006, p. 172):

Um olhar geográfico sobre o espaço público deve considerar, por um lado, sua configuração física e, por outro, o tipo de práticas e dinâmicas sociais que aí se desenvolvem. Ela passa então a ser vista como um conjunto indissociável das formas com as práticas sociais. É justamente sob este ângulo que a noção de espaço público pode vir a se constituir em uma categoria de análise geográfica.

Contudo, muitas são as concepções e transformações a respeito dos espaços públicos ao longo do entendimento sobre o fenômeno urbano, visto que são variáveis as possibilidades de análise e foco em objetos diferenciados e por inúmeros campos do conhecimento científico (Antropologia, Artes, Arquitetura e Urbanismo, Ciência Política, Geografia, História, Sociologia, entre outras) sobre/no espaço público.

Assim, uma grande preocupação, ao pensarmos analiticamente esses espaços, se baseia em não acatarmos de maneira simplista a compreensão dos espaços públicos meramente como uma oposição a tudo que não esteja relacionado a espaços privados ou vice-versa. Seguindo essa visão, a enorme complexidade envolvida nessas duas noções está para além de uma visão dualista e contraditória, ou seja, em suas existências, produções e vivências se estabelecem laços, que ora se aproximam, ora afastam ou se hibridizam, dependendo da configuração social e hierárquica existente.

Uma importante abordagem sobre a análise social a partir das dimensões do espaço público foi desenvolvida por Richard Sennett, em sua obra *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Segundo este autor, os espaços públicos originalmente se constituíram como lócus da democracia, servindo como verdadeiros espaços de tolerância às alteridades e, principalmente, como um espaço para o diálogo da própria coletividade na tentativa de solucionar os seus problemas.

Contudo, estes mesmos espaços públicos foram sendo resignificados substancialmente e se tornando uma mera instância formal de coexistência. Assim, o que antes seriam espaços de permanência, ou seja, de experiência da vida coletiva, passaram a ser simples vias de circulação. Esse fato foi denominado por Sennet de “*erosão da vida pública*” (SENNETT, 1988, p. 18).

Possíveis explicações em torno dessas modificações que alteraram o comportamento dos sujeitos em relação aos espaços públicos foram proporcionadas pelas transformações do capitalismo e suas mudanças psicossociais, que inverteram e corroeram as preocupações anteriormente ligadas aos espaços políticos e aos assuntos públicos em detrimento dos privados.

Multidões de pessoas estão agora preocupadas, mais do que nunca, apenas com as histórias de suas próprias vidas e com suas emoções particulares; esta preocupação tem demonstrado ser mais uma armadilha do que uma libertação. (SENNETT, 1988, p. 17).

No campo da ciência geográfica, uma importante referência para a compreensão dos espaços públicos é Paulo César Gomes. Este autor se enquadra numa visão contestatória do que deveriam ser esses espaços e do que realmente são ou representam atualmente nas/para as grandes metrópoles.

Neste sentido, esta compreensão dos espaços públicos se orienta principalmente pelos referenciais espaciais geográficos que caracterizam as relações e práticas sociais diante dos espaços produzidos. Assim, podemos compreender esta dimensão como as próprias ruas, praças, esquinas, jardins ou quaisquer espaços existentes nas cidades que possibilite o acesso e a circulação irrestrita daquilo que demarcaria a própria condição de cidadania.

Caminhando juntamente com a perspectiva de Sennett, Gomes também acredita na importante atuação dos espaços públicos para as grandes metrópoles e para a sociedade de um modo geral, já que seriam “o lugar onde os problemas se apresentam, tomam forma, ganham uma dimensão pública e, simultaneamente, são resolvidos” (GOMES, 2006, p. 160) ou, pelo menos, deveriam ser resolvidos.

No entanto, estes mesmos espaços públicos, compreendidos concomitantemente como lócus da democracia e da liberdade para a circulação/acessibilidade do cidadão, se distorcem de suas funções originais e passam a atender outros fins e interesses específicos, principalmente setoriais ou individualistas.

Assim, o antigo papel do homem público se modifica, restringindo-se à de um mero passante ou no máximo se limitando à de um eventual consumidor. De tal modo, que os espaços públicos se esvaziam das suas funções originais ou são reapropriados de maneira diferenciada ao modelo pensado originalmente.

Referente a esta visão elucida Dupas (2005, p. 37):

O espaço público era equivalente ao espaço da liberdade dos cidadãos, no qual estes exerciam sua capacidade de participação crítica na gestão dos assuntos comuns, sob o princípio da deliberação; um espaço que se opunha, portanto, ao espaço privado regido pela dominação do poder. Hoje, as corporações apropriaram-se do espaço público e o transformaram em espaço publicitário; os cidadãos que o freqüentam não o fazem mais na qualidade de cidadãos, mas como consumidores de informação. Grandes avenidas de nossas metrópoles, e boa parte de suas ruas, transformaram-se em um imenso espaço de outdoors e placas de anúncios ou logomarcas.

Um modo bastante peculiar de compreender o espaço público é formulado pelo antropólogo Roberto da Matta, em sua obra: *A Casa e a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil*. Sua preocupação central caminha na busca de um entendimento sócio-antropológico da sociedade brasileira, a partir de uma dimensão articulada e dualista entre a casa e a rua.

Segundo Da Matta, estas duas categorias estariam diretamente ligadas às dimensões espaciais do público (Rua) e do privado (Casa).

Por outro lado, esta orientação também se encaminha em um sentido maniqueísta, principalmente no que se refere ao espaço público em detrimento ao espaço privado, como praticamente uma condicionante inexorável e escolhida conscientemente pela própria sociedade brasileira em seu conjunto de ações.

Para Da Matta (1997, p. 20):

Em casa somos todos, conforme tenho dito, “supercidadãos”. Mas e na rua? Bem, aqui passamos sempre por indivíduos anônimos e desgarrados, somos quase sempre maltratados pelas chamadas “autoridades” e não temos paz, nem voz. Somos rigorosamente “subcidadãos” e não será exagerado observar que, por causa disso, nosso comportamento na rua (e nas coisas públicas que ela necessariamente encerra) é igualmente negativo. Jogamos o lixo para fora da nossa calçada, portas e janelas; não obedecemos às regras de trânsito, somos até mesmo capazes de depredar a coisa comum, utilizando aquele célebre e não analisado argumento segundo o qual tudo que fica fora de nossa casa é um “problema do governo”!

De fato, os espaços públicos vêm perdendo progressivamente sua importância a partir das representações e práticas sociais, relacionando-se diretamente a um espaço potencialmente nocivo e muitas vezes destinado à passagem e não à permanência ou permanência.

As ruas, como expressão máxima dessa dimensão do público, configuram-se como espaços extremamente imprevisíveis, perigosos e repulsivos, em contraposição à proteção do lar, o privado, visto como espaço reservado exclusivamente a um indivíduo ou a um pequeno grupo familiar.

As transformações da sociedade e, conseqüentemente, dos espaços públicos, principalmente a partir da desvalorização e do abandono pela população de um modo geral, fizeram destes espaços a última (ou única) opção de moradia e sobrevivência para a população de rua.

Diante do quadro apresentado, torna-se necessário, portanto, compreender como estes determinados sujeitos – que, por conta de uma série de acontecimentos estruturais que fogem aos seus desejos e controle, são levados às ruas –, se articulam e criam estratégias vitais de sobrevivência cotidiana através de processos de territorializações e territorialidades.

## AS TERRITORIALIZAÇÕES DAS POPULAÇÕES DE RUA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS COMO ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIAS

A condição de morador de rua em uma grande metrópole simboliza, em vários níveis (social, político, econômico e cultural), a dissolução de um conjunto complexo de antigos laços que configuravam a existência de um ser. A casa, a família, o emprego, as redes de amizade balizada nos antigos moldes, não existem mais. Esta ruptura marcada por um processo de desterritorialização é geradora de profundas transformações nas ações, percepções e vivências desses sujeitos no espaço urbano.

Contudo, cabe ressaltar que, grande parte desses sujeitos, mesmo antes de estar na condição plena de moradores de rua e de redefinir sua nova territorialização e territorialidades nos espaços públicos, já enfrentavam uma realidade extremamente cercada de dificuldades.

Assim, este espectro de dificuldades, incertezas e desproteções sociais, seja com respeito à economia global ou a dimensão cotidiana (relacionadas, por exemplos, à saúde, acidente no trabalho ou qualquer outro infortúnio no domínio da informalidade ou das relações contratuais temporárias do modelo neoliberal), faz com que os seus compromissos e gastos permanentes para a sobrevivência não pudessem mais ser cumpridos, prejudicando assim toda a antiga lógica formal de sobrevivência.

Dessa forma, a precariedade material se torna um traço ainda mais marcante desses sujeitos em sua cotidianidade. A falta de recursos e proteção nos remete a pensar não somente nos casos específicos das populações que são levadas às ruas como seus últimos espaços de sobrevivência, mas também, e principalmente, na própria configuração político-econômico vigente, que é a principal fonte geradora desta e de outras realidades problemáticas sociais em todo o planeta.

Segundo Santos (2001, p. 19):

A globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes.

De fato, o processo de globalização econômica, juntamente com a reconfiguração do papel do Estado com a expansão do modelo neoliberal por todo o globo terrestre, provocou uma crise social de proporções catastróficas, com a qual podemos correlacionar, em algum nível, o aumento das taxas de desemprego, a redução de investimentos nas áreas de proteção social e a respectiva ampliação das populações de rua nas grandes metrópoles, bem como sua visibilidade e triste configuração, inerente a esses grupos na paisagem urbana.

O estado lava as mãos à vulnerabilidade e à incerteza provenientes da lógica (ou da ilogicidade) do mercado livre, agora redefinida como assunto provado, questão que os indivíduos devem tratar e enfrentar com os recursos de suas posses particulares [...] agora se espera dos indivíduos que procurem soluções biográficas para contradições sistêmicas. (BAUMAN, 2005, p.67).

No campo da realidade vivida individualmente, o aumento progressivo nos valores das necessidades sociais, como alimentação, vestimenta, transporte, aluguel, além do já citado fenômeno do desemprego e da queda vertiginosa do poder de sobrevivência através do salário, está cada vez mais presente e é vivenciado pelos indivíduos, sendo algumas das razões consequentes dessa configuração tão sombria.

Desse modo, esses não cumprimentos das exigências sócio-econômicas trouxeram como consequência, todo um conjunto de relações ainda mais fragmentadas e segregadoras, forçando-os obrigatoriamente a fazer parte de outra realidade sócio-espacial. Nesse sentido, a rua, será, portanto, o último espaço da hierarquia sócio-espacial da desigualdade humana.

Assim, diante de uma nova condição de total desumanidade e perversidade, esses sujeitos agirão sobre novas bases possíveis em processos de apropriação de um novo espaço para si, mesmo que precário, mas indispensável para a garantia e perpetuação de sua sobrevivência e existência cotidiana.

Essa nova realidade será produzida nos espaços públicos, como a última possibilidade de resistir, de se opor à inexistência sócio-espacial que o sistema que de algum modo impôs a esses corpos e suas vidas.

Vale destacar que, ainda que as populações de rua se apropriem desses espaços nos mais complexos níveis de dificuldades para a sobrevi-

vência, outros grupos marginalizados (justapostos a estes mesmos espaços públicos) também garantem as estratégias vitais às suas sobrevivências. Assim, trabalhadores do comércio informal, guardadores de carros, profissionais do sexo, entre outros grupos específicos na realidade marginalizada do urbano equilibram-se diante de uma difícil configuração

É igualmente importante salientar que essas configurações e estratégias se renovam entre estes indivíduos e seus grupos no urbano. Assim, produz-se nos espaços públicos um complexo processo de metamorfose contínua, conforme os interesses, as possibilidades e as possíveis configurações dos sujeitos em jogo sócio-espacialmente.

A esse respeito, descreve Delgado Ruiz (2002, p. 3):

El espacio publico es un espacio diferenciado, pero las técnicas prácticas y simbólicas que lo organizan, que le recuerdan, que lo someten a oposiciones, yuxtaposiciones, complementariedades, que los gradúan, que lo jerarquizan, etc., son poco menos que innumerables, proliferan hasta el infinito, son macroscópica, infinitesimales, y se renuevan a cada instante.

Essa complexa relação sócio-espacial, mediada pelas esferas de poderes em disputa pelo espaço e materializada na forma do território entre os grupos, é vivenciada de maneira peculiar, o que resulta em uma multiplicidade territorial no âmbito dos espaços públicos. Os limites e fronteiras estabelecidos nos espaços públicos decorrem de ações e intencionalidades desses grupos, dentre eles os marginalizados e as populações de rua inseridas nesse processo.

Sua organização, justaposição, seletividade e/ou exclusividade será o produto de um jogo de forças travado em diferentes escalas da vida cotidiana. Estas se materializam a partir de um complexo jogo de interações, onde através de negociações, tensões e conflitos, fazem com que o encontro, principalmente a partir das diferenças se estabeleça distâncias e fronteiras, conseqüentemente, processos de formação territorial.

Diante dessa complexidade sócio-espacial, as populações de rua estrategicamente mantêm uma relação bastante peculiar em detrimento a outros grupos que se apropriam dos espaços públicos, tendo em vista que os instituem como o “local de sua territorialização, de sua casa. Diferentemente de outros grupos sociais, inclusive marginalizados, eles escolhem lugares específicos para realizar seus desejos e ‘organizar’ suas

vidas” (LEITE, 1998, p.158), transformando-os em lares, mesmo que marcado claramente pela precariedade, vulnerabilidade e instabilidades espaço-temporais.

Sobre os processos sócio-territoriais das populações de rua, Neves (1999, p. 125) avalia:

Por esta apropriação, incorporaram as praças e jardins, as calçadas dos centros comerciais ou de bairros mais dinâmicos em termos de circulação de pessoas, os espaços guardados por marquises, os viadutos, as casas abandonadas ou em ruínas, as cabines de telefone, os cruzamentos de avenidas de tráfico denso, os parques de estacionamento de carros, os entornos de supermercados e de Shopping Center para trabalhar, pernoitar ou instalar suas residências.

Assim, as realidades acerca desses territórios, territorialidades e as respectivas escolhas dos espaços devem ser compreendidas de maneira distinta das concepções clássicas do território político, tendo em vista que suas lógicas e orientações caminham em sentidos opostos às das tradicionalmente construídas, analisadas e especialmente vividas sob o ponto de vista social, econômico e espacial por outros grupos sociais não-moradores de rua.

No caso das populações de rua, a territorialidade assume uma enorme importância para a compreensão desses sujeitos e de sua condição de marginalização nos espaços públicos. Essa relação, articulada de modo indissociável ao território, funciona principalmente como instrumento para existência e resistência simbólica e imaterial desses indivíduos, em que as inter-relações homem-espaço e toda sua complexidade apresentam ainda mais sentido e dão forma ao território que está sendo construído, idealizado ou desejado permanentemente por um sujeito ou por uma coletividade em relação as suas vidas.

De tal modo, a territorialidade está inserida em uma dimensão material e concreta das inter-relações, inclusive do poder, seja através do corpo e das relações vividas pelos sujeitos em variáveis níveis escalares no espaço com outros grupos sociais. Assim, esta territorialidade como elemento da vida, funciona como um verdadeiro instrumento que aviva os corpos, possibilitando sua sobrevivência na cidade, articulada indissociavelmente a uma dimensão simbólica e identitária.

A territorialidade, no nosso ponto de vista, não é apenas “algo abstrato”, num sentido que muitas vezes se reduz ao caráter de abstração analítica, epistemológica. Ela é também uma dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto “imagem” ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado - como no conhecido exemplo da “Terra Prometida” dos judeus, territorialidade que os acompanhou e impulsionou através dos tempos, ainda que não houvesse, concretamente, uma construção territorial correspondente. (HAESBAERT, 2007, p.25).

Destarte, essas relações entre população de rua, territórios e territorialidades circulam em um campo específico e socialmente subterrâneo, estando muitas vezes invisíveis na interface com outros grupos de não moradores de rua na dinâmica da cidade e, sobretudo, nos espaços públicos.

Dessa forma, algumas questões mínimas e, ao mesmo tempo, fundamentais são elementos decisórios que podem ser ressignificados na construção desses espaços nas suas inter-relações pessoais.

Assim, o território deve ser compreendido através de uma dimensão complexa e multifatorial, pois é assim que ele é vivido. Por exemplo, este espaço apropriado em alguma medida e com maior intensidade como proteção, quando este proporciona estar seguro das chuvas, dos ventos, assim como na garantia de alguma privacidade ou segurança. Do mesmo modo que pode ser utilizado como recurso, na condição de aquisição de elementos para a sua sobrevivência, mesmo que possa ser precário, pois o que está em jogo é a tênue relação da resistência e existência desses sujeitos no espaço urbano.

Entretanto, estes processos de apropriação também se constituem simbólica e afetivamente. Uma calçada e/ou um monumento podem ser apropriados por um indivíduo ou grupo de moradores de rua, gerando um sentimento de pertencimento e permitindo, inclusive, reivindicando exclusividade frente a outros grupos de moradores de rua, possibilitando inclusive a emergência de conflitos e expulsões desse determinado espaço, até mesmo pela utilização da violência.

Advertimos, entretanto, que não estamos postulando que a construção dos territórios e das territorialidades das populações de rua nos espaços públicos se faz meramente a partir de ações e estratégias de violência, já que a solidariedade, o diálogo e outras múltiplas formas de acordos e negociações podem também se constituir como linhas de organização sócio-espacial intragrupo.

Por outro lado, não podemos descartar a instrumentalização da violência como mecanismos de poder (estabelecido entre os próprios marginalizados e, principalmente, sofrida por eles através das ações de outros grupos sociais) como um recurso real nas relações de poder e como uma prática sócio-espacial nos espaços públicos das grandes cidades.

Segundo Frangella (2010, p. 201)

As manifestações de conflito violento são muito evidentes entre esses moradores. Discussões adormecidas, guardadas, são trazidas à tona, provocadas por pequenos e fúteis motivos, e abrem espaço para agressão física. O conflito se arma rápida e intensamente. Na rua, munidos de pedras, paus e facas, a briga pode incorrer em ferimentos graves ou morte. Quando não se chega a esse nível de gravidade, ocorrem deslocamentos territoriais.

Cabe ressaltar que esse enorme jogo de forças e poderes travado nos espaços públicos faz com que esses territórios, construídos e vivenciados pelas populações de rua, mantenham uma lógica extremamente complexa, sendo orientada social e espacialmente por duas lógicas: uma interna e outra externa.

Internamente, os próprios indivíduos ou grupos de moradores de rua fazem entre si permanentes negociações, estabelecendo acordos ou conflitos na busca de um reconhecimento das apropriações de usos ou pertencimentos espaciais comuns ou até mesmo na delimitação de fronteiras em determinadas áreas da cidade.

Um chafariz em uma praça pública, por exemplo, pode ser um ponto de encontro ou um espaço de socialização de grupos distintos e de comum acordo sobre a importância e a necessidade de todos na garantia da água, enquanto um recurso escasso quanto à dimensão de abastecimento ou higiene na cidade. Em contraponto, uma calçada ou esquina pode ser apropriada e transformada em um território exclusivo

e disputado por inúmeros grupos, tendo em vista a possibilidade de obtenção de renda que ela pode proporcionar.

O controle desses espaços por um determinado grupo de moradores de rua devido à real potencialidade de suas possíveis ações geradoras de renda, como guardadores de carros, coletores de materiais reciclados ou outra atividade que garanta algum recurso básico para aquisição material indispensável à sua sobrevivência, alimenta esse processo e reforça ainda mais a dimensão espacial desses grupos no espaço público. Aponta Neves (1999, p. 114):

A compreensão das relações em jogo no chamado espaço público incorpora, por conseguinte o entendimento dos princípios hierarquizante e de regras de inserção e de convivência em universos sociais que coexistem sob tensões. Os universos se diferenciam conforme os recursos disputados, a maior ou menor concorrência em torno deles e a adequação à convivência com superpostas ordens e valores coexistentes.

Além das relações pessoais intragrupo, os territórios das populações de rua regulam-se por uma lógica externa. Estar na condição de marginalizado, ou seja, de pertencente à população de rua é indubitavelmente reconhecer a condição desfavorável e assimétrica no jogo de força das relações de poder frente a outros grupos sociais, constituídos por não moradores de rua. De fato, sua presença permanente nos espaços públicos é totalmente indesejada, seja pelos grupos de comerciantes, de transeuntes ou pelo próprio Estado.

Desse modo, seus territórios e territorialidades são marcados pelos movimentos de seus próprios corpos, tendo em vista que sua permanência nos espaços públicos é impedida, sobretudo, por ações violentas, decorrentes de um sentimento de insegurança e impunidade social relativos aos crimes cometidos contra eles próprios.

Esses processos territoriais produzidos e vivenciados pelas populações de rua são, então, delimitados pela dimensão da consciência e pelo reconhecimento dos riscos e níveis de adversidades enfrentadas nos campos materiais e objetivos da sobrevivência física e simbólica. Diferentemente de algumas visões simplistas, que acreditam na aleatoriedade ou inexistência de relações sócio-espaciais destes grupos nos espaços públicos, julgamos que esses processos são marcados por uma

multidimensionalidade territorial que funciona como recurso estratégico de abrigo-moradia, na obtenção de bens materiais e, ao mesmo tempo, como proteção e elo afetivo no que se refere à própria existência. Segundo Haesbaert (2004, p. 340):

Essa “necessidade territorial” ou de controle e apropriação do espaço pode estender-se desde um nível mais físico ou biológico (enquanto seres com necessidades básicas como água, ar, alimento, abrigo para repousar), até um nível mais imaterial ou simbólico (enquanto seres dotados do poder da representação e da imaginação e que a todo instante re-significam e se apropriam simbolicamente do seu meio).

Esses processos territoriais, sobretudo na sua interface direta com as territorialidades, se inserem em um nível de complexidade que impossibilita dissociar e/ou distinguir facilmente o material do imaterial nas relações e nos processos espaciais produzidos socialmente pelos grupos marginalizados nos espaços públicos. A territorialidade, nesse sentido, se apresenta como uma condição de existência do próprio vivido, ao mesmo tempo em que se sustenta de maneira sentimental e existencial por esses processos. Consoante Jordan (1996, p. 33):

El concepto de territorialidad se define como el deseo de un sujeto (individuo o grupo) de marcar un territorio dentro del cual el sujeto cree que tiene un derecho legítimo para definir reglas, por ejemplo, de acceso y utilización del mismo (este territorio es mio/nuestro). El territorio se asocia normalmente a un sentimiento de familiaridad, afecto y seguridad.

Entretanto, essas formações territoriais, mesmo que precárias nos espaços públicos como movimentos de resistência contra o próprio desaparecimento, estão sendo cada vez menos aceitas e sofrendo restrições e violências por parte do Estado e de outros grupos não-moradores de rua. Embora esse conjunto de ações dificulte ainda mais a permanência das populações de rua na árdua realidade já vivida no urbano das grandes metrópoles, faz com que se renovem suas estratégias de sobrevivência nos espaços públicos.

## AS POLÍTICAS DE CONTENÇÃO TERRITORIAL E AS RESISTÊNCIAS “DANINHAS” NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Sabemos que as populações de rua se apropriam dos espaços públicos e os transformam em lar, para a garantia de suas sobrevivências. Como desdobramento, apropriações e visibilidades ganham força e se convertem progressivamente em processos de territorializações e territorialidades. Entretanto, a presença populacional desses sujeitos marginalizados nas grandes cidades, além de revelar as desigualdades sistêmicas, faz com que emergjam inúmeros conflitos e tensões nos espaços públicos.

Esses homens, mulheres e crianças trazem consigo, além de seus corpos, as mazelas de suas roupas velhas e rasgadas; seus odores de uma impossibilidade higiênica regular; suas sacolas e trouxas que comportam seus limitados e precários pertences; seus carrinhos de rolimãs e seus cachorros na condição relacional de amizade e animais de estimação. A presença de tais sujeitos, que também compõem a forma paisagística do urbano nas grandes metrópoles, e de todas as suas representações estigmatizadas construídas a partir do outro, faz com que aumente o clima de hostilidade e intolerância contra eles.

Os aspectos da miséria vivenciada cotidianamente acabam sendo ressignificados de maneira sombria e criminalizada pelo senso comum e, logicamente, por outros grupos de não-moradores de rua. Portanto, legitima-se, para além da própria condição de desafortunados, o estigma de preguiça, que é vista como determinante da miserabilidade de suas vidas por uma vontade própria e pelos riscos que “potencialmente” proporcionariam a uma esfera dos delitos. Reforça-se ainda mais, portanto, a estigmatização social do próprio grupo e justifica-se a impossibilidade de coexistência junto a outros grupos no convívio social e espacial. Desse modo:

São objetos de medo e desprezo porque considera terem escolhido esse modo de vida e que portanto deveriam ser expulsos da cidade ou pelo menos restringido ecologicamente para que não contaminem os cidadãos respeitáveis. (SNOW; ANDERSON, 1998, p. 15).

Assim, os espaços públicos refletem uma lógica segregacional, negando o sentido democrático de um espaço aberto e de uso comum a

todos. Podemos reforçar esta leitura, principalmente se estabelecermos que estes mesmos espaços jamais foram neutros, ou seja, sempre funcionaram como verdadeiros campos de forças entre grupos distintos na busca por uma ordem específica (ARAMBURU, 2008).

O estabelecimento de uma ordem neste sentido é legitimado principalmente se pensarmos no fim específico que determinado espaço público visa atender naquela configuração específica, politicamente estabelecida por um ou determinados grupos dominantes. Para isto, se empreende um conjunto de códigos de comportamentos e condutas que devem ser obedecidos social e espacialmente. Desta maneira, para aqueles que não se enquadram nesta ordem, passam a ser considerados desviantes ou *outsiders* (BECKER, 2008) e passam a sofrer uma resposta direta pelas suas ações.

Regras sociais definem situações e tipos de comportamento a elas apropriados, especificando algumas ações como “certas” e proibindo outras como erradas. Quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu poder ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um outsider. (BECKER, 2008, p. 15).

Assim, as populações de rua acabam se enquadrando como desviantes legítimos, tendo em vista que, a base de sustentação na atual configuração dos espaços públicos deve ser principalmente orientada pela ideologia de uma ordem política, social e estética. Neste sentido, os espaços públicos devem representar uma referência de estabilidade, onde as pessoas conseguissem acreditar que possuem algum nível de segurança. Entretanto, a presença das populações de rua como corpos estigmatizados pela miséria nestas ruas, praças, calçadas entre outros, acabam em grande medida rompendo com toda a sustentação ideológica e por isto precisam ser combatidos.

Entretanto, o que propriamente define a noção de desvio no caso específico das populações de rua? Por que devem ser combatidos? Será o fato de estabelecerem suas privacidades nos espaços públicos ou de não possuírem condições mínimas de adquirirem uma casa, ou seja, uma habitação formal? Independente da crítica social em questão, estar na condição de miséria não pode ser considerado como um delito.

As presenças destes corpos estabelecem transgressões, inclusive possibilitando que se justaponham outros desvios para legitimar a sua expulsão dos espaços públicos. Assim, as populações de rua acabam sendo culpabilizadas pelas suas próprias condições e sendo acusados também de vagabundos, assaltantes, estupradores, viciados, envolvidos com práticas de prostituição, pela destruição dos bens públicos etc. O que logicamente não nega também a existência destas práticas, mas não generalizam ou classificam esta configuração a partir destas variáveis.

Contudo, em meio a essa desigualdade sistêmica, o Estado pouco contribui para reversão da problemática, atuando basicamente na mitigação das precárias condições objetivas das populações de rua através de políticas públicas sociais assistencialistas. Ao contrário, seu principal papel tem sido o de dificultar a sobrevivência através de um conjunto de políticas de caráter anti-sociais, denominadas quase sempre por expressões como “ordem” e/ou “limpeza” urbana, instaurando assim ações de contenção territorial<sup>2</sup>. Segundo Haesbaert (2009, p. 114):

A “contenção territorial” envolve sempre a impossibilidade da “reclusão” ou do fechamento integral, do enclausuramento. E mesmo que um Estado conseguisse “cercar” todo o seu território, a eficácia desse sistema, nas condições atuais, seria sempre parcial [...] essas barreiras físicas, paralelamente aos campos de “contenção”, estão sendo construídas visando o fluxo de pessoas, de migrantes, de refugiados, em síntese, de “criminosos”.

Assim, o caráter da contenção territorial demarca, sobretudo, como principal objetivo atenuar os fluxos e a circulação de grupos inde-

---

<sup>2</sup> O conceito de contenção territorial foi proposto pelo geógrafo Rogério Haesbaert, em *Dilemas de Conceitos: Espaço-território e contenção territorial*. Acredita-se que sua orientação para a construção deste conceito fundamenta-se no sentido analítico das mudanças nas formas das relações de poder na sociedade contemporânea. O autor compara, ao longo da espaço-temporalidade, as dimensões do poder em uma sociedade disciplinar, onde este controle disciplinar exercido através do poder, implantava o confinamento e cercamento dos corpos indesejáveis. Com base nesta análise, Haesbaert (2009) propõe, a partir de Deleuze e Foucault, uma transformação nas relações de poder de uma sociedade disciplinar, em uma sociedade de controle, também chamada de segurança ou Bio-política. Assim, para Haesbaert, estas transformações estruturais fizeram com que não houvesse mais a possibilidade de um total controle dos corpos, cedendo lugar à um sistema de segurança flexível, mas contínua e não menos implacável ou repressiva sócio-espacialmente contra determinados grupos.

sejáveis em determinados espaços específicos. Deste modo, se estabelece buscar uma ordem seletiva de quem especificamente poderá usufruir determinadas áreas privilegiadas politicamente, mesmo reconhecendo que estas ações não conseguirão ser absolutas, tendo em vista a “impossibilidade de ‘reclusão’ ou do fechamento integral, do enclausuramento” (HAESBAERT, 2009, p. 114) territorial destas massas de indesejáveis.

No caso do enorme crescimento das populações de rua nas grandes metrópoles, estes sofrem verdadeiros “efeitos-barragens” (HAESBAERT, 2009, p. 115) para impedir as suas permanências e/ou circulação nos espaços públicos.

Segundo Snow e Anderson (1998, p. 167):

Aplicada aos moradores de rua, a contenção é uma modalidade de resposta que busca minimizar a ameaça que eles representam ao senso de ordem pública. Seu objetivo, como disse um policial sem pensar, “é manter os moradores de rua longe das vistas dos outros cidadãos”.

Essas ações, portanto, são materializadas de inúmeras formas, e a alegação para a execução de tais ações se baseia como posto anteriormente, principalmente no fato de a população de rua atrapalhar a normalidade, na ação de mendicância ou no aspecto repulsivo e temeroso da miséria. Assim, desterritorializá-los, mesmo que temporariamente, se torna uma medida importante ou até uma questão de honra para alguns grupos da sociedade civil, tendo em vista os frequentes discursos que giram em torno dos “pagamentos de altos impostos” e da própria “inação do Estado”.

Conforme a este dispositivo, analisa Frangella (2005, p. 201)

São vários os mecanismos de interferência no cotidiano dos moradores de rua. Dispositivos físicos como fechamento de banheiros públicos ou interdição de vias e praças para passar as noites, materializam representações de ameaça criadas a respeito desse segmento sobre a legibilidade da cidade que se pretende funcional e hegemônica [...] Grades em torno de igrejas e de árvores para impedir que habitantes de rua durmam ou urinem nos locais citados; óleo queimado espalhado na frente de calçadas e portas de lojas, de maneira a sujar o local e torná-lo inviável como lugar de per-

noite; colocação de chuveiros na frente de alguns prédios molhando periodicamente o chão à noite, com o mesmo propósito do óleo; e construção de prédios sem marquises.

Desse modo, esse conjunto de dispositivos se fortalece cada vez mais e ganha também um contorno nos discursos públicos das ações políticas do Estado<sup>3</sup> para além de antigas práticas camufladas pelas vias ocultas e ilegais<sup>4</sup>. As atuais políticas municipais se empenham oficialmente para controlar as populações de rua, através da construção das “arquiteturas antimendigos”<sup>5</sup>. Muito destas novas configurações arquitetônicas produzidas pelo Estado, principalmente a partir das gestões municipais buscam especificamente promover processos de desterritorialização destas populações.

Nos pontos de ônibus e, principalmente, em praças públicas, inúmeros bancos estão sendo substituídos por outros que impossibilitam a permanência por longo período de tempo, principalmente pelo desconforto de um design planejado especificamente com essa função.

---

<sup>3</sup> As duas principais metrópoles brasileiras possuem abertamente políticas de contenção territorial contra as populações de rua. No Rio de Janeiro, ela é conhecida como “choque de Ordem”, sendo organizada e planejada pela *Secretaria Especial de Ordem Pública*. Tal política de contenção, além de atuar sobre os moradores de rua, também intervém e fiscaliza construções de comércios ambulantes, construções de barracos em favelas, transportes alternativos e guardadores de carros. Em São Paulo a operação para com as populações de rua e para o impedimento de sua circulação em algumas áreas é denominada publicamente de “operações antimendigos” e reconhecida pelos grupos marginalizados como o “Rapa”. Ambas as políticas possuem focos muito similares, marcados pela ação truculenta da polícia e por um viés anti-social

<sup>4</sup> Movimentos violentos, como espancamentos até mesmo chacinas têm sido praticados contra as populações de rua nas grandes metrópoles brasileiras. Ações de policiais civis e militares já foram constatadas inúmeras vezes, como foi o caso da *Chacina da Candelária*, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro em 1993. Além de fatos recentes nas grandes metrópoles brasileiras, permanecem também na memória e no imaginário da população da cidade do Rio de Janeiro, as práticas de afogamento de populações de rua no rio Guandu, no período Carlos Lacerda (1960-1965). Mesmo nunca tendo sido comprovado, ressurgiu este velho assunto de como eram tratados barbaramente as populações de rua ao longo da história brasileira.

<sup>5</sup> Cada vez mais e em inúmeros pontos da cidade, como embaixo de viadutos, praças, marquises, calçadas com pouca circulação de pessoas e outros espaços, são colocadas enormes pedras, materiais metálicos pontiagudos, declives e grades, impedindo a fixação das populações de rua para dormir ou até mesmo para se estabelecerem nesses pontos, enquanto espaços habitacionais.

Em áreas situadas embaixo de viadutos e pontes, ou em túneis ou outros espaços na cidade, as ações municipais têm cimentado e colocado pedras ou qualquer outro tipo de materiais que impossibilite que a superfície fique plana, impossibilitando a permanência dos sujeitos. Também é possível observar a modificação estética dos novos chafarizes, que são compostos, muitas vezes, somente com jogos de luzes, chamados de “*chafarizes secos*” ou gradeados para dificultar a obtenção e o acesso à água.

Outra forma de ação do Estado, além da própria transformação das formas urbanas, se caracteriza através de ações públicas, muitas das vezes chamada de operações, como as policiais, onde ocorrem os recolhimentos dos corpos das populações de rua de determinados espaços públicos da cidade, conforme se observa na reportagem a seguir:

Equipes da Secretaria Especial de Ordem Pública fazem neste momento uma operação de choque de ordem no Aterro do Flamengo para retirar moradores de rua do local. Segundo o coordenador da ação, Marcelo Maywald, esse trabalho de recolhimento será feito diariamente. Ele explicou ainda que a idéia é vencer essa população de rua pelo cansaço. Todos os adultos serão encaminhados para as delegacias da região e os menores para a delegacia de Proteção à criança e ao Adolescente para verificação de antecedentes criminais e mandatos de prisão. (Choque de Ordem retira população de rua no Aterro do Flamengo, O Globo, 23/02/2010).

O discurso acima reproduzido determina como um verdadeiro crime o fato de não se possuir formalmente um espaço habitacional. A expressão “vencer pelo cansaço”, empregada para se referir à estratégia do governo no que tange à retirada ou eliminação da população de rua, comprova, no mínimo, o desconhecimento ou despreparo dos órgãos responsáveis, já que, diante da política vigente, não existe outra alternativa para as populações de rua, a não ser retornar para a própria rua.

Essas ações de recolhimento com a presença da polícia e a divulgação de antemão pelos meios de comunicação de massa, que promovem a espetacularização televisiva dos marginalizados sendo presos e encaminhados às delegacias, dão a forma necessária para a construção representativa desses sujeitos como culpados, legitimando assim todo o conjunto de ações repressivas do Estado.

Contudo, sabe-se que essas ações constituem, em parte, uma forma de demonstração de poder do papel do Estado ou de sua relativa perda, além de representar uma resposta frente às reclamações da mídia e das populações abastadas e moradoras de bairros nobres afetados pela presença das populações de rua.

Tais exigências baseiam-se antes na retirada ou, pelo menos, na contenção da circulação desses sujeitos e de seus rastros de miséria da paisagem “perfeita e idealizada”, do que propriamente numa tomada consciente da resolução deste problema social nos espaços urbanos das grandes metrópoles

Assim, as poucas ações sociais, ou aquilo que ainda resta delas para com as populações de rua, são ineficazes e caminham muitas vezes em direção ao campo do assistencialismo e da perpetuação das próprias condições dos modos de vida de rua. Criação de abrigos temporários, distribuição de alimentos, ausência de políticas eficazes de habitação social e de reinserção no mercado de trabalho, programas para dependentes de álcool ou drogas legitimam suas continuidades nos espaços públicos, aumentando as exigências e as visibilidades das próprias ações de contenção territorial.

Diante de tais adversidades, esses sujeitos acabam por ter que reconstruir suas estratégias territoriais através do movimento permanente de seus corpos, utilizando novas bases dentro de possíveis elementos do urbano, ou inclusive, ressignificando de forma funcional os próprios mecanismos que inicialmente foram lançados sobre eles a partir de ações políticas de contenção territorial nos espaços públicos, para as suas próprias sobrevivências.

Sobre as estratégias de sobrevivência frente aos dispositivos de contenção territorial, analisa Frangella (2005, p. 205):

Boa parte das cercas de arame que envolve os viadutos foi furada e muitas pessoas moram ali, invertendo o seu sentido funcional ao tomá-las como uma proteção a mais para si mesmas. Muitos se sentam entre as lanças de ferro que cobrem escadas laterais de igrejas. Quanto aos lugares cobertos por óleo e água, são abandonados por um tempo e retomados depois, quando os donos de loja já não mais atêm à questão. Se explicitamente deslocados de algum local pela polícia ou por agentes urbanos, tornam a utilizá-lo mais tarde.

Desse modo, as próprias populações de rua são forçadas a produzirem movimentos estratégicos que dêem conta de reverter estes próprios mecanismos criados contra eles para garantir a sobrevivência. Territorializar-se através de movimentos instáveis, precários, flexíveis e inclusive efêmeros temporalmente, a partir do conhecimento de limites e fronteiras que são estabelecidas nos espaços públicos a partir de um conjunto complexo de relações de poderes, inclusive espaciais, definem toda uma geograficidade própria no modo de vida destes sujeitos para se manterem vivos.

Assim, estes processos nos espaços públicos das grandes metrópoles, de maneira consciente e intencional, reconhecendo os riscos de períodos e lugares, assim como das potencialidades, criando redes e territórios, é o mais comprobatório instrumento de quão alta é a capacidade humana frente à condição de sobrevivência no seu limite.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pretendeu mostrar, face ao enorme crescimento das populações de rua e a impossibilidade de se impedir o desaparecimento de suas presenças físicas nos espaços públicos das grandes metrópoles nesta atual configuração do urbano, o Estado utiliza inúmeras ações para ao menos controlá-los espacialmente, sejam as já apontadas anteriormente ou outras, praticadas nas cidades, desconhecidas por nós e até mesmo pensadas e postas neste momento em processo de execução. Portanto, estas territorializações e territorialidades representam, para os grupos promotores das ações de contenção territorial nos espaços públicos (despreocupados e inexoravelmente convencidos da impossibilidade de mudança no quadro destes despossuídos), uma forma de interferência no desenvolvimento desejado e projetado de cidade idealizada e “perfeita”.

Compreender esses processos sócio-territoriais, bem como seus conflitos, enfrentamentos e dificuldades fazem com que esses espaços não sejam “percebidos apenas como uma posse ou como uma entidade exterior à sociedade que o habita” (HAESBAERT, 2004, p. 72), mas como uma condição inerente à própria condição humana.

Esses movimentos estratégicos, que estão inseridos na construção de laços afetivos e identitários, se tornam parte integrante dos

próprios sujeitos envolvidos territorialmente e resistentes às condições de abandono, às políticas de contenção territorial e a própria condição de existência destes grupos marginalizados. Resistir, neste sentido, é continuar minimamente humano, no que resta de sua humanidade.

Muito mais que os estudos exploratórios que estão por vir e revelar novas estratégias de controle e resistência, somente temos a certeza de que, as populações de rua são um reflexo daqueles que lutam com todas as suas forças para continuar existindo no espaço geográfico.

Acreditamos, assim, na relevância e necessidade científica e social dos estudos sobre as populações de rua nos espaços públicos das grandes metrópoles. Esta realidade ainda é pouco conhecida e se fazendo necessário inúmeras investigações e diferentes abordagens, inclusive empiricamente para compreender melhor o fenômeno. De fato, esta problemática se configura como uma verdadeira lacuna na esfera do conhecimento no que tange às relações sócio-espaciais no urbano e o papel desta exposição foi basicamente estabelecer um diálogo teórico inicial entre esta grave problemática social e sua geograficidade nos espaços públicos.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zigmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

DA COSTA, Jodival; MELARA, Eliane; DORNELES, Patrícia; HEIDRICH, Álvaro. Território e qualidade de vida: complexidades sócio-espacial do morador de rua em Porto Alegre, RS, Brasil. **Hologramática**, Buenos Aires, año IV, número 7, v. 1, p. 23-47, 2007.

DELGADO RUIZ, Manuel. Etnografía del espacio público. **Revista Experimental de Antropología**, n. 2, 2002.

DUPAS, Gilberto. Tensões contemporâneas entre público e privado. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 124, p. 33-42, jan./abr. 2005.

SCOREL, Sarah. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTIN, Marcel (Org.). **Nômades, excluídos e viradores**: no meio da rua. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

\_\_\_\_\_. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 1999.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Edusp, 1997.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FRANGELLA, Simone. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009.

\_\_\_\_\_. Moradores de rua na cidade de São Paulo: vulnerabilidade e resistência corporal ante as intervenções urbana. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, n. 13, p. 199-228, 1º sem. 2005.

GOMES, Paulo Cesar. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

HAESBAERT, Rogério. Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marco; SPOSITO, Eliseu. **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

JORDAN, Thomas. La Psicología de La Territorialidad en los Conflictos. **Psicología Política**, Valencia, n. 13, p. 29-62, 1996.

LEITE, Lígia Costa. **A razão dos invencíveis: meninos de rua - o rompimento da ordem (1554/1994)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MATTOS, Rogério; RIBEIRO, Miguel Angelo . Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 1, jan./jun. 2005.

NEVES, Delma. Os miseráveis e a ocupação dos espaços públicos. **Caderno CRH**, Salvador, n. 31, jan./dez. 1999.

PENHA, Eli A. Território e territorialidades: considerações histórico-conceituais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 1, 2005

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, Robert. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAKAMOTO, Leonardo. **Como cultivar a exclusão social em são Paulo**. Disponível em: <<http://blogdosakamoto.uol.com.br/2010/11/14/como-cultivar-a-exclusao-social-em-sao-paulo/>>.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001

SCOTT, James. **Los dominados y el arte de la resistencia: discursos ocultos**. México, D.F.: Ediciones Era, 2007.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SERPA, Angelo. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. **Geosp – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 15, 2004.

SNOW, David; ANDERSON, Leon. **Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua**. Petrópolis: Vozes. 1998.